

COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 19.526.748/0001-50

Praça José Inácio Peixoto, 28

Cataguases, MG – CEP 36.772-900

www.cataguases.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES (“COMPANHIA”) A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

(Valores em Reais mil, exceto quando indicado)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONSTANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 29 DE MARÇO DE 2018, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ELABORADA COM BASE NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) – PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Com base em pesquisas sobre valores praticados no mercado para remunerar executivos que integram Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Diretorias de companhias abertas, a Administração da Companhia propõe que a remuneração global anual da administração para o exercício de 2018 seja no valor de até R\$ 3,570mil, o qual englobará a remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e a remuneração variável da Diretoria da Companhia.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da CIC tem o objetivo de estar alinhada à estratégia do negócio, além de remunerar, reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva seus administradores, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração, para os administradores com função de diretores estatutários, são compostos por Pró-Labore, Remuneração Variável, Plano de Previdência Privada, Assistência Médica e Seguro de Vida. Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal temos apenas Honorários fixos na composição. Estes elementos de remuneração têm como objetivo retenção

e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total
(Vide Anexo I)

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração aprova todas as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores da Companhia, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas, as referências de mercado e índices de inflação. Vale ressaltar que a remuneração máxima global da Administração é objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas, sendo a mesma distribuída entre os órgãos da Administração da Companhia conforme deliberação do Conselho de Administração (art. 15, § 5º do Estatuto Social).

Os elementos de remuneração são reajustados da seguinte forma:

- Honorários fixos têm reajuste vinculado à variação do INPC anual. Exceções serão aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Plano de Previdência Privada tem reajuste vinculado à variação dos honorários fixos.
- Plano de Saúde tem seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e índices de sinistralidade.
- Remuneração Variável tem seu reajuste vinculado à aprovação do Conselho de Administração, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia do Negócio.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a Remuneração Variável, que é influenciada pela composição de vários indicadores auferidos em cada exercício social. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBIT, Receita Líquida e Margem Bruta.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Remuneração Variável é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho por meio do modelo de objetivos e metas descritas em um mapa de indicadores, alinhadas a estratégia da empresa. A evolução deste indicador de desempenho tem como seu maior objetivo o retorno do investimento aos seus acionistas no curto, médio e longo prazo. (Vide Anexo II)

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

(Verificar item 13.1.c acima)

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

(Não se aplica).

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
(Não se aplica).

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
b. número de membros
c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- *salário ou pró-labore* (Vide Anexo I item Honorários.)
- *benefícios diretos e indiretos* (Vide Anexo I itens Previdência Privada e Assistência Médica)
- *remuneração por participação em comitês* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

ii. remuneração variável, segregada em:

- *bônus* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *participação nos resultados* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *remuneração por participação em reuniões* (Não Aplicável.)
- *comissões* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

iii. *benefícios pós-emprego* (Não Aplicável).

iv. *benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo* (Não Aplicável).

v. *remuneração baseada em ações* (Não Aplicável).

- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e o conselho fiscal
(Vide Anexo I).

- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
(Vide Anexo I).

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
b. número de membros
c. em relação ao bônus:

i. *valor mínimo previsto no plano de remuneração*

ii. *valor máximo previsto no plano de remuneração*

iii. *valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas*

iv. *valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

As informações solicitadas nos subitens acima constam do Anexo I na coluna referente a Remuneração Variável

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

As informações solicitadas nos subitens acima quanto ao plano de remuneração dos anos anteriores constam do Anexo I, no que tange ao plano de remuneração variável para a Diretoria Executiva prevista para o exercício social corrente constam do Anexo II da presente Proposta.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, este item não se aplica.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Apresentamos abaixo as informações referentes a ações de emissão da Companhia, direta ou indiretamente detidas por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupadas por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Órgão	Membro/Acionista	Tipo de Ação	
		Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	José Inácio Peixoto Neto	4.130	46
	Carlos Manoel Castro de Mattos	01	0
	Herbert Steinberg	01	0
	Vicente Moliterno Neto	01	0
	Jorge Amary Nagib Junior	01	0
Conselho Fiscal	Glaydson Ferreira Cardoso	01	0
Diretoria	José Inácio Peixoto Neto	4.130	46

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações, portanto, o item não é aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em opções, portanto, o item não é aplicável.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

a. órgão

Somente os membros da Diretoria Executiva da Companhia possuem Plano de Previdência Privada

b. número de membros

04 (quatro).

c. nome do plano

Programa de Previdência Complementar – Itaú Vida e Previdência S/A

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

01 (um) Diretor reúne condições de se aposentar.

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não se aplica.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 271.683,75 (duzentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos).

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 87.041,39 (oitenta e sete mil, quarenta e um reais e trinta e nove centavos).

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Sim. O segurado poderá solicitar o resgate, total ou parcial do saldo de contribuições realizadas pelo participante a partir do 60º (sexagésimo) dia contado da data de adesão do segurado ao Plano de Previdência Privada, observado o intervalo de 60 dias entre os pedidos de resgates de um mesmo participante. Além disso ocorrendo invalidez total e permanente ou falecimento do segurado antes do início do recebimento do capital segurado, o segurado ou seus beneficiários receberão o valor da provisão matemática de benefícios a conceder, sendo paga de uma só vez, dispensado qualquer tipo de carência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

											Valores em R\$		
											2017	2016	2015
Órgão	Nº Membros	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração			
Conselho de Administração	5	R\$ 10.529,99	R\$ 10.529,99	R\$ 10.529,99	R\$ 11.121	R\$ 11.121	R\$ 11.121	R\$ 10.126	R\$ 10.126	R\$ 10.126			
Conselho Fiscal	3	R\$ 5.472,94	R\$ 5.472,94	R\$ 5.472,94	R\$ 5.473	R\$ 5.473	R\$ 5.473	R\$ 4.876	R\$ 4.876	R\$ 4.876			
Diretoria	4	R\$ 52.061,44	R\$ 30.000,00	35.515,36	R\$ 50.794	R\$ 41.734	R\$ 46.264	R\$ 67.725	R\$ 37.494	R\$ 52.609			

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor

No caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os administradores que compõem a Diretoria Executiva têm direito a cobertura de plano médico por até 03 (três) meses após a rescisão contratual.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	% Parte Relacionada		
	2017	2016	2015
Conselho de Administração	40%	40%	40%
Conselho Fiscal	33%	40%	40%
Diretoria	50%	50%	0%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	Valores em R\$		
	2017	2016	2015
Conselho de Administração	1.528.000,00	-	23.050,72
Conselho Fiscal	4.000,00	83.000,00	-
Diretoria	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Em relação a este item, em 2017 não houve pagamento de remuneração para membro do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre o “Item 13”.

3. RELAÇÃO DE CANDIDATOS APOIADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL POR UM MANDATO DE 01(UM) ANO.

O Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases é composto por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) membros efetivos e igual número de suplentes, nos termos do artigo 15º do Estatuto Social da Companhia. Nesse sentido, a proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2018, é a eleição de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, mantendo-se, assim, o atual número de Conselheiros e respectivos suplentes que compõem o Conselho de Administração da Companhia.

O art. 141 da Lei nº 6.404/76 possibilita a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração de companhias. Especificamente para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases, o requerimento para a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser formulado por acionistas que represente, no mínimo, 7% (sete por cento) do capital votante da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991 e Instrução CVM nº 282 de 26 de Junho de 1998, devendo ser apresentado por escrito à Companhia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário previstos para a realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação a ser oportunamente publicado.

Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, a mesma seguirá as determinações constantes no art. 141 da Lei nº 6.404/76. Ressalta-se que, nos termos do artigo 141, §7º da Lei nº 6.404/76, na hipótese de cumulativamente ser adotado o processo de eleição por meio do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa prevista no artigo 141, § 4º da Lei nº 6.404/76, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social da Companhia, componha o órgão.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	José Inácio Peixoto Neto		
Data de nascimento	31/05/1955		
Profissão	Administrador		
CPF ou Passaporte	509.378.987-91		
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente e de Relações com Investidores. Acionista signatário de Acordo de Acionista da Companhia. Membro do Comitê de Finanças e Auditoria e Comitê de Pessoas.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	8		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia e Representante da Companhia junto aos acionistas e investidores		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não se aplica		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Assistente de Vendas, Gerente Financeiro, Gerente de Recursos Humanos, Diretor Administrativo e Diretor Presidente.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5	
Nome	Herbert Steinberg
Data de Nascimento	30/07/1955
Profissão	Administrador de empresas
CPF ou Passaporte	791.851.778-49
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Pessoas
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos	4
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>	
Nome da empresa	MESA Corporate Governance
Setor de atividade	Consultoria em Governança Corporativa
Cargo	Sócio Administrador e Consultor
Funções inerentes ao cargo	Condução de processos de reestruturação e reposicionamento estratégico de empresas onde presta consultorias
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	Business School São Paulo
Setor de atividade	Instituição de ensino
Cargo	Titular da Cadeira de Governança Corporativa
Funções inerentes ao cargo	Professor dos cursos de MBA na BSP
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Comitê de Apoio a Conselho
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Carlos Manoel Castro de Mattos
Data de Nascimento	01/09/1955
Profissão	Veterinário
CPF ou Passaporte	136.468.308-32
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Sócio de empresa que exerce Representação comercial da Companhia nos Estados de SC e PR
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Catriz Empreendimentos Ltda.
Cargo	Sócio – Administrador
Setor da Empresa	Empresa de representação comercial na área de têxteis e artigos têxteis em geral.
Funções inerentes ao cargo	Sócio Administrador da empresa
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Marcelo Inácio Peixoto
Data de Nascimento	29/01/1957
Profissão	Arquiteto
CPF ou Passaporte	509.269.857-87
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário do Acordo de Acionistas da Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	8
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.
Cargo	Sócio
Setor da Empresa	Corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda, a incorporação de bens imóveis, o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis e a participação como acionista ou cotista no capital de sociedades anônimas ou limitadas no País ou no exterior
Funções inerentes ao cargo	Sócio da empresa
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	É controlada da Companhia Industrial Cataguases
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Felipe Peixoto Rittmeyer Silva
Data de Nascimento	20/10/1981
Profissão	Bacharel em Administração com ênfase em Marketing
CPF ou Passaporte	047.643.106-94
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário do Acordo de Acionistas da Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador: Sim
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	BRF S/A
Cargo	Supervisor Comercial
Setor da Empresa	Alimentício
Funções inerentes ao cargo	Gerenciamento da equipe comercial varejo no estado do Paraná que é responsável pelas vendas de produtos das marcas Sadia e Perdigão. Foco da gestão é alavancagem das vendas, retorno sobre investimento, coordenação logística e distribuição.
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Gabriel Inácio Peixoto
Data de Nascimento	05/05/1960
Profissão	Empresário
CPF ou Passaporte	332.112.216-20
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário de Acordo de Acionistas da Companhia.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Zoom Representações Ltda.
Setor da empresa	Representação Comercial
Cargo	Sócio Administrador
Funções inerentes ao cargo	Administração da empresa, vendas e representação comercial de clientes.
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Glaydson Ferreira Cardoso
Data de Nascimento	27/10/1974
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	005.273.616-40
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Prestador de Serviços Advocáticos
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos	8
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>	
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcellos & Teodoro Advogados
Setor de atividade	Escritório de Advocacia
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados
Setor de atividade	Escritório de Advocacia
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A
Setor de atividade	Instituição Financeira
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho de Administração
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Enio de Melo Coradi		
Data de Nascimento	27/05/1965		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	526.204.506-69		
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador		
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	6		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A		
Setor da empresa	Instituição Financeira		
Cargo	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria		
Funções inerentes ao cargo	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento dos riscos corporativos e correspondentes sistemas de gestão. - Avaliação da cultura de controle, aferição da eficácia dos controles internos e cumprimento de leis e regulamentações (compliance). - Acompanhamento do processo de elaboração de relatórios financeiros para assecuração da qualidade, transparência e integridade das informações financeiras publicadas. 		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Labtest Diagnóstica S.A.		
Setor da empresa	Definição das políticas de gestão e direcionamento da Instituição Financeira de conformidade com as normas de regência dos entes reguladores e normas societárias.		
Cargo	Conselheiro Fiscal		
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho Fiscal		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	<ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a. 		

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA):

Nº DE REUNIÕES EXERCÍCIO DE 2017: 47

Membro do CA	% de participação nas reuniões do CA
José Inácio Peixoto Neto	100%
Carlos Manoel Castro de Mattos	100%
Herbert Steinberg	100%
Jorge Amaury Nagib Junior	100%
Vicente Moliterno Neto	100%

CONSELHO FISCAL (CF):

Nº DE REUNIÕES EXERCÍCIO DE 2017: 07

Membro do CF	% de participação nas reuniões do CF
Flavio Stamm	100%
Paulo Henrique Laranjeira da Silva	100%
Glaydson Ferreira Cardoso	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

COMITÊ DE FINANÇAS E AUDITORIA:

Membros: José Inácio Peixoto Neto (informações vide item 12.5 acima);
Jorge Nagib Amary Filho;
Alexandre Ribeiro Scotti
Celso Romário de Oliveira;
Neliane Bernardes Batista.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5			
ITEM 12.6 – Informações Gerais			
Nome	Jorge Nagib Amary Junior		
Data de Nascimento	26/09/1968		
Profissão	Empresário		
CPF ou Passaporte	147.832.848-73		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	22/05/2016	Data da posse	22/05/2016
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos como membro do comitê de Finanças	3º mandato		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Aliança Partners Consultoria LTDA		
Setor da empresa	Consultoria financeira , fusões & Aquisições		
Cargo	CEO e Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Principal executivo, responsável por finanças e Atos societários da empresa, Responsável por toda área de execução e consultoria		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Plural Capital		
Setor da empresa	Gestora de Recursos		
Cargo	CFO (Diretor Administrativo e financeiro)		
Funções inerentes ao cargo	Responsável por todas as áreas de administração (TI, Contabilidade, Controladoria, Tesouraria, Auditoria, Compliance, RH, Governança)		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	JA Consultores Associados (Nome Fantasia: GovernaHabilidade)		
Setor da empresa	Serviços/ Consultoria		
Cargo	Sócio-Diretor		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria em Governança e Modelos de Gestão		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	1) Diretor Mundial de Crédito e Vice Diretor de Tesouraria – AGFA GEVAERT NV.; 2) Diretor de Negócio – Banco Crefisul S.A; 3) Diretor Adjunto – Banco Antônio de Queiroz S.A		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Celso Romário de Oliveira		
Data de Nascimento	08/11/1968		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	674.183.766-34		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	12/03/2016	Data da posse	12/03/2016
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente Contábil		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Finanças	2		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Sector da Empresa	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Gerente Contábil		
Funções inerentes ao cargo	Planejar, organizar e supervisionar as atividades da contabilidade geral, visando assegurar que todos os relatórios e registros sejam feitos de acordo com os princípios e normas contábeis e legislação pertinente, dentro dos prazos e das normas e procedimentos estabelecidos pela empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Sim, a empresa é o emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	n.a.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Alexandre Ribeiro Scotti		
Data de nascimento	08/12/1976		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	001.862.986-50		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	25/04/2016	Data da posse	25/04/2016
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Administrativo e Financeiro		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Gerente Financeiro e Diretor Administrativo e Financeiro		
Funções inerentes ao cargo	Gestão da área financeira da Companhia		
Nome da empresa	AMG Mineração S/A		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital fechado atuante na área de ligas especiais de alumínio e óxidos Ta & Nb		
Cargo	Gerente Financeiro		
Funções inerentes ao cargo	Gestão da área financeira da Companhia		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Neliane Bernardes Batista		
Data de nascimento	29/08/1979		
Profissão	Coordenadora Financeira		
CPF ou Passaporte	042.156.616-76		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	18/01/2018	Data da posse	18/01/2018
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Coordenadora Financeira		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos	1		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Analista Financeiro e Coordenadora Financeiro		
Funções inerentes ao cargo	Coordenação da área financeira da Companhia, captação de crédito, análise de crédito de clientes, etc.		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não se aplica		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

COMITÊ DE PESSOAS:

Membros: José Inácio Peixoto Neto (informações vide item 12.5 acima);
Herbert Steinberg;
Patrícia Peixoto Rittmeyer Silva

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5			
Nome	Herbert Steinberg		
Data de Nascimento	30/07/1955		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	791.851.778-49		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa		
Data de eleição	22/05/2016	Data da posse	22/05/2016
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Remuneração e Governança	3		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	MESA Corporate Governance		
Setor de atividade	Consultoria em Governança Corporativa		
Cargo	Sócio Administrador e Consultor		
Funções inerentes ao cargo	Condução de processos de reestruturação e reposicionamento estratégico de empresas onde presta consultorias		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Business School São Paulo		
Setor de atividade	Instituição de ensino		
Cargo	Titular da Cadeira de Governança Corporativa		
Funções inerentes ao cargo	Professor dos cursos de MBA na BSP		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Comitê de Apoio a Conselho		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	ii. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Patrícia Peixoto Rittmeyer Silva		
Data de nascimento	20/03/1978		
Profissão	Psicóloga		
CPF ou Passaporte	036.506.336-39		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa		
Data de eleição	23/06/2016	Data da posse	23/06/2016
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista participante de Acordo de Acionistas da Companhia.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos	1º		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	DSM Produtos Nutricionais		
Setor de atividade	Alimentação		
Cargo	Gerente de Recursos Humanos		
Funções inerentes ao cargo	Consultora estratégica de RH para a equipe de liderança em relação as questões organizacionais e de gestão. Planejamento de Sucessão. Gerenciamento de mudanças e desenvolvimento da organização.		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Coordenadora de Recursos Humanos		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar em formato de tabela o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

COMITÊ DE FINANÇAS E AUDITORIA:

Nº DE REUNIÕES NO EXERCÍCIO DE 2017: 10

Membros do Comitê	% de participação nas reuniões
Jorge Amaury Nagib Junior	100%
José Inácio Peixoto Neto	50%
Celso Romário de Oliveira	80%
Tiago Inácio Peixoto	40%
Alexandre Ribeiro Scotti	80%

COMITÊ DE PESSOAS:

Nº DE REUNIÕES NO EXERCÍCIO DE 2017: 01

Membros do Comitê	% de participação nas reuniões
Herbert Steinberg	100%
José Inácio Peixoto Neto	100%
Patrícia Peixoto Rittmeyer Silva	100%

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

- a. administradores do emissor** – O Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente Sr. José Inácio Peixoto Neto possui grau de parentesco de primeiro grau com o Sr. Tiago Inácio Peixoto, Diretor Comercial da Companhia e possui grau de parentesco de segundo grau por afinidade com o Sr. Carlos Manoel Castro de Mattos, membro efetivo do Conselho de Administração;
- b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor** – não se aplica;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
O Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, Sr. José Inácio Peixoto Neto, e o Sr. Tiago Inácio Peixoto Diretor Comercial são acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Companhia Industrial Cataguases;
- d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor** – Não se aplica.

12.10 Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor** (Não se aplica)
- b. controlador direto ou indireto do emissor** (Não se aplica)
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas**
(Não se aplica)

4. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES.

10 Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2017 se caracterizou pela retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico em geral. De acordo com o Banco Central, o nível de atividade econômica no país registrou crescimento de 1,04% em 2017, em comparação com 2016. Também de acordo com a Serasa Experian, a atividade econômica cresceu em 2017, superando o último biênio recessivo. Os recuos da inflação e da taxa de

juros, as recuperações dos níveis de confiança de consumidores e empresários, aliados a uma melhor configuração da economia internacional, favoreceram a atividade econômica em 2017, superando dois anos consecutivos de recessão (quedas de 3,5% tanto em 2015 quanto em 2016).

No setor têxtil, após um período de crise devido ao momento econômico do país, a indústria começou a apresentar sinais de recuperação em 2017. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), além de 5% de crescimento na produção, o setor conseguiu avançar na geração de empregos, com saldo positivo de 16.000 postos de trabalho. Este crescimento foi nitidamente impulsionado pela recuperação do varejo de vestuário. O IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial) estima que o varejo de vestuário em 2017 tenha consolidado um crescimento de 8,1% sobre o ano anterior e 1,7% sobre 2015 no número de peças vendidas (cerca de 6,2 bilhões de peças), porém ainda 3,9% menor em relação a 2014, período pré-crise.

Em 2017, após sucessivos períodos sem seu corpo diretor completo, em maio foram eleitos novos diretores com a missão de retomar a posição de destaque da Companhia em seu mercado de atuação. A partir daí, diversas mudanças estruturais internas foram promovidas pela administração.

Foram revistos os modelos de representação comercial com objetivo de ampliar a cobertura, capilaridade e penetração de nossos produtos no mercado doméstico. Ainda, toda estrutura de atendimento ao mercado externo foi redesenhada, buscando a recuperação dos níveis de negócio. Além disso, a administração optou por liquidar estoques de produtos cujas vendas estavam represadas.

A Companhia também reduziu sensivelmente seu quadro geral de funcionários, como consequência destas mudanças estruturais, adequando seu quadro de mão de obra direta aos níveis de produção e vendas observados ao longo do ano. Foram necessárias também atualizações das expectativas de risco de contingência. Além disso, o Plano de Investimentos previstos para 2017 foi revisado e executado abaixo do originalmente previsto, porém em níveis suficientes a cumprir a retenção de lucros do exercício de 2016.

Apesar dos indicadores positivos da economia e do setor, tais mudanças estruturais se mostraram inexoravelmente necessárias à perpetuidade das operações ainda que trouxessem, como trouxeram, impactos negativos de curto prazo aos seus resultados econômicos. Desta forma, a administração se certificou da preservação da liquidez de caixa ao longo de todo período.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

“ARTIGO 7º - (...)

Parágrafo único – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há uma fórmula de cálculo do valor do resgate, de acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos último 3 anos o índice DFL/EBITDA (controladora + controladas) é apresentado abaixo:

Indicador	2017	2016	2015
*DFL/EBITDA	-6,4	2,30	3,75

*DFL= Dívida Financeira Líquida

A Companhia nos últimos anos tem reforçado a sua cobertura de caixa principalmente através de linhas de capital de giro, geração de caixa operacional e desmobilização de ativos não operacionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento são linhas subsidiadas para atividade agrícola, linhas de tesouraria das instituições financeiras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende buscar linhas de capital de giro e investimentos preferencialmente subsidiadas, através de instituições financeiras repassadoras e linhas de capital de giro disponíveis nas instituições financeiras e FINIMP.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Venc.	2017	2016
FINIMP	USD	Juros de 4,72% + Comissão de 1,72%	2017		773
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	16.767	18.970
ACC	USD	4,35% a 4,65% + Comissão de 3%	2018	8.602	10.492
Resolução 4131	USD	2,65% a 2,70% + comissão (1,8% a 1,9%)	2018	5.523	
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,90% a 5,75%	2019	8.624	22.613
FGPP	R\$	9,02% a 11,25%	2018	7.894	7.404
BNDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	173	
BNDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	2.164	2.793
CCB	R\$	Selic + 4,5%	2020	3.517	
CCB	R\$	CDI + juros de 5%	2021	7.065	
TOTAL GERAL:				60.329	63.045
Circulante:				44.282	44.818
Não circulante:				16.047	18.227

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém com algumas instituições financeiras, contratos de prestação de serviços bancários e instrumentos de garantias.

A Companhia implantou ao longo do ano iniciativas para otimizar o capital não oneroso. Tais iniciativas permitiram uma redução importante de seu Ciclo Financeiro e consequente redução de seu endividamento.

g. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

- h. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia Industrial Cataguases tem como balizador seu Estatuto Social, onde são deliberadas alçadas e competências. Atualmente temos contratos de empréstimos e financiamento com cláusulas restritivas de Covenants junto a algumas instituições financeiras.

- i. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)**

- j. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Ativo Circulante:

- **Estoques:** redução de 9,04% no nível de estoque;
- **Caixa e Equivalente de Caixa:** redução de 15% devido principalmente a redução do endividamento da Companhia.

Ativo Não Circulante: Não houve alteração significativa

Passivo Circulante:

- **Obrigações Tributárias:** aumento de 128% em decorrência principalmente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

Passivo Não Circulante:

- **Partes Relacionadas:** baixa do mútuo firmado com a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. mediante a redução do capital social da controlada.

10.2 Os diretores devem comentar

- a. resultados das operações do emissor, em especial:**

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

O prejuízo apurado em 2017 foi de R\$ 11.059 mil frente a R\$ 1.685 mil de lucro líquido apurado em 2016.

A receita operacional da Companhia é composta principalmente pela venda de tecidos 100% algodão, de tecidos com composições diversas e artigos confeccionados de moda.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A Companhia teve seu resultado operacional afetado principalmente por constituição de provisões trabalhistas, provisões para possível perda do estoque e venda de energia elétrica.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu ações importantes que impactaram negativamente o resultado, porém essas medidas priorizaram a geração e preservação do caixa. Dentre todas destaca-se a liquidação dos estoques de produtos fora da coleção represados.

As vendas de tecido em 2017 consolidaram 17,5 milhões de metros lineares, volume este semelhante ao ano de 2016. As vendas de peças confeccionadas consolidaram 1,2 milhões, representando uma redução de 17,2% ante ao ano anterior.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro foi impactado de forma positiva basicamente em virtude do benefício financeiro pela adesão da Companhia ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

O EBITDA Ajustado do exercício de 2017 foi negativo em R\$ 5.192 mil, 138,37% menor em relação ao ano anterior. O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. **introdução ou alienação de segmento operacional** (Não se aplica).
- b. **constituição, aquisição ou alienação de participação societária** (Não se aplica).
- c. **eventos ou operações não usuais:**

No exercício de 2017 a Companhia cedeu créditos de excedente de energia elétrica contratados no montante de R\$ 5.719 mil.

10.4 Os Diretores devem comentar sobre:

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não há ressalvas, ênfases, nem limitações de escopo no parecer auditor independente.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em

contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o

período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Anos</u>
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos

fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida

no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por

redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração.

10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

- a. comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
(Não se aplica).
- b. comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

(Não se aplica).

c. comentários sobre tais desvios

(Não se aplica).

10.08. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia executou projetos de investimentos, aplicando em 2017 recursos no valor de R\$ 2,32 milhões. O valor retido de lucros para investimento do exercício de 2016 foi de R\$ 2,13 milhões. Para o próximo exercício, além dos projetos aprovados em 2017 e não concluídos ou prorrogados para 2018, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 13.016 mil, em projetos de melhoria de competitividade e manutenção da capacidade produtiva instalada, entre outros.

ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2018, além de utilizar de recursos próprios.

iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor (Não se aplica).

c. novos produtos e serviços: (Não se aplica)

10.09 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.

5. PROPOSTA A SER SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, A SER REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016.

A Administração da Companhia vem, em atenção ao disposto no art. 6º da Instrução da Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) nº 481/09, disponibilizar aos Senhores Acionistas, as informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto em Assembleia Geral Extraordinária, referente as seguintes deliberações:

I – Ratificação da dilação de prazo para a execução de investimentos previstos em 2017 para 2018.

Foi deliberado, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20/04/2017, a retenção de lucros para reserva para investimentos, nos termos do art. 196, § 2º da Lei 6.404/76. No entanto, considerando (i) o panorama geral de negócios e perspectivas econômicas do exercício de 2017, tendo em vista a crise política e econômica brasileira; e (ii) a necessidade de proteger o caixa da Companhia; o Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 20/07/2017 (abaixo transcrição do item 4.4. da ata), pela dilação do CAPEX de 2017 para 2018, visando suspender determinados investimentos inicialmente previstos para 2017, detalhados na “tabela A” abaixo, para realocar tais valores para o reforço do capital de giro da Companhia durante o exercício de 2017, que poderão ser eventualmente realizados pela Companhia em 2018.

Transcrição item 4.4 da Ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 20/07/17

“4.4. Forecast 06+06 2017: i) Ratificado pelo Conselho a proposta de reestruturação da área comercial; ii) aprovadas as prorrogações dos investimentos previstos para 2017, conforme anexo; iii) investimento para aquecimento a gás via GLP será analisado, com base na viabilidade do mesmo; iv) o Conselho aprovou ações para garantir a equalização do fluxo de caixa no curto prazo” (nossos grifos)

Tabela A

(valores em milhares de Reais)

Investimentos Prorrogados de 2017 para 2018 - Área Industrial

ITEM (INVESTIMENTO)	VALOR APROVADO	OBJETIVO	Justificativa para Prorrogação
SISTEMA DE FILTRAGEM DO DEPÓSITO DE RESÍDUOS	1.390.350,88	Atendimento a Requisitos Legais	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
REVITALIZAÇÃO FILIAL 2017 (MÁRIO CORRIR COM A IVONEI)	40.000,00	Pinturas, obras diversas e adequações	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
EMPILHADEIRA CLARCK 3,0 TON. GLP	120.000,00	Substituição da empilhadeira hangcha.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BOMBA TETRALON CENTRÍFUGA PLÁSTICA MAGNÉTICA MOD.: DB22/P-T-34 ; Q: 25M ³ /H;H	25.000,00	Melhorar o sistema de filtragem da soda utilizada na mercerizadeira	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
UPGRADE NO SISTEMA DE CONTROLE DE UMIDADE ENGOMADEIRA 2	25.000,00	Substituir equipamento devido desgaste e tecnologia ultrapassada.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
TUBOS E CONEXÕES DE AÇO CARBONO 8" E 3"	110.000,00	Melhoria na entrega de vapor, melhor condições de manutenção das redes.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
AR CONDICIONADO TIPO JANELA DE 18.000 BTU	9.000,00	Suprir a demanda atual de manutenção.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
TANQUE DE CONDENSADO EM AÇO CARBONO	60.000,00	Substituir equipamento obsoleto.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MÁQUINA DE COSTURA	50.000,00	Costurar os tecidos no processo produtivo	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MEDIDOR DE ATRITO	40.000,37	Medir o atrito das bobinas de fios tintas (leituras mais precisas e confiáveis)	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MEDIDOR DE VAZÃO ELETROMAGNÉTICO 6"	28.000,00	Medição de vazão do efluente recirculado do novo decantador secundário	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MAQUINA DE COSTURA MERROW	25.000,00	Necessidade devido a quantidade de rolos de 2 cortes	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
UP GRADE NOS GANCHOS DE INSERÇÃO DE TRAMA DOS TEARES GAMMA / GAMMAX	25.000,00	Reduzir custos com reposição de ganchos, desgaste das fitas e melhorar o desempenho de trabalho das fitas.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CÂMARA ESCURA COM LÂMPADA FLUORESCENTE PARA COLIFORME E-COLI	1.500,00	Confirmar contaminação microbiológica na água potável (e-coli)	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CARRO PARA TRANSPORTE DE TECIDO	20.000,00	Carro mais adequado, evita a queda de peças de tecidos e em consequência acidentes com os operadores.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MEDIDOR DE VAZÃO ELETROMAGNÉTICO 8"	16.000,00	Medir vazão de água filtrada	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BALANÇA DE PRECISÃO	6.000,00	Para desenvolvimento de cores TE.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MÁQUINA DE LAVAR ELETROLUX	15.000,00	Realizar testes de encolhimento nos tecidos	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BOMBAS DOSADORAS WHD20/2 2KGF 0,73M ³ /H	10.000,00	Realizar dosagem de produtos químicos no tratamento da ETE e ETA	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CARROS PARA TRANSPORTE DE ROLOS	10.000,00	Carro para transporte de rolos das urdideiras para engomadeira e vice-versa, o atual está muito ruim, foi uma adaptação em carros existentes, não	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CARROS TRANSPALETES	10.000,00	Carro para transporte de rolos das urdideiras para engomadeira e vice-versa, o atual está muito ruim, foi uma adaptação em carros existentes, não	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
HIDROMETRO DE VAZÃO 3/4	8.500,00	Medir vazão da soda recuperada	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MÁQUINA DE LAVAR DE ALTA PRESSÃO	8.000,00	Lavagem dos tanques e filtros	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
JAR TEST 218-3 LDB 220V = COM 3 PROVAS	6.000,00	Teste de coagulação em água e efluente	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BALANÇA 3.200G	5.200,00	realizar pesagens de pastas/pigmentos/corantes na cozinha de tintas da estamperia	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
COMPLEMENTO DA ESTANTE DE CILINDROS DE BORRACHA DAS ENGOMADEIRAS	5.000,00	Acomodar corretamente os cilindros de borracha de uso nas Engomadeiras	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
PUXADOR HIDRÁULICO	4.000,00	Movimentar carros rolões no setor de estamperia/acabamento	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
PUXADOR HIDRÁULICO	4.000,00	Movimentar carros rolões no setor de estamperia/acabamento	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
PUXADOR HIDRÁULICO	4.000,00	Movimentar carros rolões no setor de estamperia/acabamento	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
PUXADOR HIDRÁULICO	4.000,00	Movimentar carros rolões no setor de estamperia/acabamento	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BANCA DE FERRAMENTAS PARA FERISTA DE TECELAGEM	4.000,00	Otimizar os trabalhos da manutenção	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
DISPOSITIVO DE RETIRADA DE CILINDROS DE BORRACHA DA ESTANTE DE CILINDROS DAS	4.000,00	Facilitar a retirada do cilindros de borracha da estante.	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CARRINHO PLATAFORMA TIPO CAÇAMBA	1.600,00	Movimentar produtos químicos pelo Setor	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
Total	2.094.151,25		

Investimentos Prorrogados de 2017 para 2018 - Área Comercial

ITEM (INVESTIMENTO)	VALOR APROVADO	OBJETIVO	Justificativa para Prorrogação
REFORMA LOJA CENTRO	12.000,00	Necessidade Comercial	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
ADEQUAÇÃO CD - PROJETO ARTESANATO	16.000,00	Necessidade Comercial	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
COBERTURA DA AREA DE EMBARQUE DO CD	30.000,00	Cobrir a area de embarque do CD	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
TAMPÃO DA MESA REVISÃO MANUAL E RETALHO - SPA	2.000,00	Ergonomia adequada	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CADEIRAS PATA FIXA - SPA	1.800,00	Ergonomia adequada	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
AR CONDICIONADO 12 BTUS - SPA	1.500,00	Necessidade do setor	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
AR CONDICIONADO 12 BTUS - CD	1.500,00	Necessidade do setor	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
CARRO HIDRÁULICO - SPA	1.700,00	Necessidade devido ao excesso de rolos	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
Total	66.500,00		

Investimentos Prorrogados de 2017 para 2018 - Área Administrativo (Presidência)

ITEM (INVESTIMENTO)	VALOR APROVADO	OBJETIVO	Justificativa para Prorrogação
MELHORAMENTO DE SEGURANÇA 2016 - MATRIZ	482.668,35	Atendimento a Requisitos Legais	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
MELHORAMENTO DE SEGURANÇA 2016 - FILIAL	50.000,00	Atendimento a Requisitos Legais	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
PROJETO DE ELIMINAÇÃO / REDUÇÃO DE LOCAIS INSALUBRES	50.000,00	Projeto de eliminação / redução de locais insalubres	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
SABONETEIRA COM SENSOR + PILHA	5.323,50	Higienização das mãos	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
EXAUSTOR / INSUFLADOR	4.451,50	Remoção de fumaças, gases e vapores tóxicos. Permissão para trabalhos espaço confinado	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
SUBSTITUIÇÃO DO CARRO - ESCRITÓRIO SP	60.000,00	Substituição do carro - Escritório SP	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
Total	652.443,35		

Investimentos Prorrogados 2017 para 2018 - Área Financeira

ITEM (INVESTIMENTO)	VALOR APROVADO	OBJETIVO	Justificativa para Prorrogação
CARRINHO AUXILIAR C/ 3 PLANOS EM AÇO INOX, 600X1.000X1.000 MM	13.800,00	Nova solução para substituir os carrinhos de madeira atuais que estão desgastados	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
BALANÇA TOLEDO 25 KG	8.000,00	Balança para garantir pesagem automática em ocorrência de problemas das balanças atuais (temos 3 balanças na pesagem de químicos)	Investimento foi prorrogado a pedido da Presidência e Diretoria
Total	21.800,00		

Total Geral 2.834.894,60

Desse modo, os acionistas deliberarão na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de Abril de 2018 (“AGOE”), a ratificação de dilação de prazo para a execução dos investimentos previsto em 2017, para o exercício de 2018, conforme exposto acima, bem como de todos os atos praticados pela Administração da Companhia na sua execução.

ANEXO I

Ano	Órgão	Nº de Membros	Honorários + Encargos		Remuneração Variável		Previdência Privada		Assistência Médica + Seguro de Vida		Total por órgão
			Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	
2013	Conselho de Administração	5	511.641,80	100,0%	0	0	0	0	0	0	511.641,80
2013	Conselho Fiscal	5	235.780,15	100,0%	0	0	0	0	0	0	235.780,15
2013	Diretoria	3	1.564.673,86	70,3%	0	0,0%	511.581,42	23,0%	149.819,95	6,7%	2.226.075,23
TOTAL		13	2.312.095,81	77,8%	-	0,0%	511.581,42	17,2%	149.819,95	5,0%	2.973.497,18
2014	Conselho de Administração	5	548.292,80	100,0%	0	0	0	0	0	0	548.292,80
2014	Conselho Fiscal	5	268.175,30	100,0%	0	0	0	0	0	0	268.175,30
2014	Diretoria	3	1.632.928,49	67,5%	483.230,64	20,0%	179.852,41	7,4%	122.672,79	5,1%	2.418.684,33
TOTAL		13	2.449.396,59	75,7%	483.230,64	14,9%	179.852,41	5,6%	122.672,79	3,8%	3.235.152,43
2015	Conselho de Administração	5	588.080,50	100,0%	0	0	0	0	0	0	588.080,50
2015	Conselho Fiscal	5	284.890,90	100,0%	0	0	0	0	0	0	284.890,90
2015	Diretoria	3	1.657.330,13	66,1%	0	0,0%	178.337,65	6,9%	139.950,94	7,1%	1.975.618,72
TOTAL		13	2.530.301,53	88,8%	-	0,0%	178.337,65	6,3%	139.950,94	4,9%	2.848.590,12
2016	Conselho de Administração	5	647.067,38	100,0%	0	0	0	0	0	0	647.067,38
2016	Conselho Fiscal	5	311.570,65	100,0%	0	0	0	0	0	0	311.570,65
2016	Diretoria	3	1.550.854,84	66,1%	-	0,0%	79.005,93	6,9%	98.879,82	5,7%	1.728.740,59
TOTAL		13	2.509.492,87	93,4%	-	0,0%	79.005,93	2,9%	98.879,82	3,7%	2.687.378,62
2017	Conselho de Administração	5	539.484,68	100,0%	0	0	0	0	0	0	539.484,68
2017	Conselho Fiscal	3	319.285,08	100,0%	0	0	0	0	0	0	319.285,08
2017	Diretoria	4	1.503.582,16	66,1%	-	0,0%	87.041,39	6,9%	56.167,19	3,4%	1.646.790,74
TOTAL		12	2.362.351,92	94,3%	-	0,0%	87.041,39	3,5%	56.167,19	2,2%	2.505.560,50
2018	Conselho de Administração	5	644.435,39	100,0%	0	0	0	0	0	0	644.435,39
2018	Conselho Fiscal	3	200.954,24	100,0%	0	0	0	0	0	0	200.954,24
2018	Diretoria	4	1.759.976,50	66,1%	-	0,0%	70.363,92	6,9%	119.795,08	6,1%	1.950.135,50
TOTAL		12	2.605.366,13	93,2%	-	0,0%	70.363,92	2,5%	119.795,08	4,3%	2.795.525,13

(*) Os valores de 2018 são propostas para aprovação da AGO

ANEXO II

Indicadores Remuneração Variável – Diretoria Executiva ICP – Incentivo de Curto Prazo

Potencial de ICP

1. Remuneração Base Anual **12,00 HB**

2. ICP a 100 Pontos

Diretor Presidente 2,30 HB

Diretores Comercial e Industrial 4,00 HB

3. ICP a 120 Pontos

Diretor Presidente 2,90 HB

Diretores Comercial e Industrial 5,00 HB

4. Bônus por Superação

Todos os diretores até 4,00 HB

(detalhamento no slide "Régua para Incentivo de Curto Prazo")

Nota: HB = HONORÁRIO BASE MENSAL

PAINEL DE PERFORMANCE

		PONTOS POR ATINGIMENTO DA META		
Indicadores	Unidade	Diretor Presidente	Diretor Comercial	Diretor Industrial
Lucro Líquido	R\$	40	25	25
Receita Líquida	R\$	20	35	35
Margem Bruta	%	20	30	30
Resultado Operacional (EBIT)	R\$ 1.000	20	10	10
		100	100	100

ANEXO III

PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO

AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2018 no montante de R\$ 24.078.852,00 (Vinte e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 24.078.852,00
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	-
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	R\$ 24.078.852,00

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2018, tendo os mesmos a seguinte classificação:

- a) **Obrigatórios:** Investimentos destinados atender normas governamentais e/ou Regulatórias - R\$ 1.231.058,00 (Hum milhão, duzentos e trinta e um mil e cinquenta e oito reais);
- b) **Reposição:** Investimentos destinados à manutenção e ou substituição de equipamentos; R\$ 14.778.754,00 (Quatorze milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais);
- c) **Expansão:** Investimentos destinados ao incremento de negócios em mercados e ou produtos existentes – R\$ 7.856.040,00 (Sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e quarenta reais);
- d) **Outros:** Investimentos diversos destinados à área comercial - R\$ 213.000,00 (Duzentos e treze mil reais)

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2018.

José Inácio Peixoto Neto
Presidente do Conselho de Administração